In Totum
Periódico de Cadernos de Resumos e Anais da Faculdade Unida de Vitória

DIREÇÃO ESCOLAR, GESTÃO PARTICIPATIVA E ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA

Kátia Belan Silva[*]

No Brasil, conforme explica Azevedo[1], a luta pela implantação de uma educação de qualidade tem desafiado o poder público. Para garantir a universalização da educação, o governo federal foi, gradativamente, implantando conquistas na legislação para que esta atendesse a todos. Ao falar em conquistas tem-se a impressão que este processo ocorreu recentemente e que não demandou tempo para se conseguir tal feito. No entanto, o processo de universalização do ensino público no Brasil constitui processo lento e que resultou na opção por uma política de gestão democrática e participativa, com a finalidade de se chegar à educação de qualidade para todos.

A escola, como instituição social, precisa acompanhar as mudanças sociais e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pensar e de agir com autonomia, compreendendo e redefinindo os objetivos do processo de socialização. Para tanto, a escola precisa, com urgência, desenvolver mecanismos que minimizem as diferenças de origem, com base na atenção e no respeito à diversidade. Nesse sentido, acredita-se que o Ensino Religioso, palco de intensas disputas ao longo da História da educação brasileira, constitui uma das disciplinas que mais sintetizam a força das mudanças sociais sobre o ambiente escolar.

Não é raro, no ambiente escolar brasileiro, verificar-se inúmeras tentativas de interferência no conteúdo da disciplina Ensino Religioso, pois muitos entendem que, de alguma forma, tal disciplina favorece determinadas doutrinas. Porém, há que se lembrar que o Brasil é um Estado laico, ou seja, onde não deve haver, por parte do poder público, qualquer tipo de tendência que favoreça doutrina religiosa em específico. Contudo, a escola é um espaço ambíguo, onde permeiam todas as correntes de pensamento, exigindo que os gestores demonstrem habilidades na arte de evitar conflitos, impedindo-os de prejudicar o bom andamento do processo de ensino e de aprendizagem.

---

[*] Kátia Belan Silva mestranda em ciências das religiões na faculdade Unida de Vitória, e-mail catiabelan@gmail.com.

[1] AZEVEDO, J. M. L. O estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. São Paulo: Cortez, 2004.

Sendo assim, o presente trabalho tentará, por meio da disciplina Ensino Religioso, desenvolver o laboratório ideal para a implantação de um modelo de direção escolar que priorize a gestão participativa na escola pública.

Contudo, considerando-se que compete à escola promover a democratização e possibilitar a ascensão intelectual e social dos educandos, torna-se necessário compreender por quais motivos a escola e seus gestores ainda insistem em promover a pretensa universalidade dos modos de agir e pensar.

É percebido diariamente ao se percorrer algumas escolas públicas brasileiras, onde se pode ver que a cultura é a mesma: induzir as crianças a aceitarem ideias prontas, pois ainda não possuem criticidade, porque ao crescerem ficará mais difícil.

No entanto é preciso buscar o conhecimento cientifico para alcançar a melhoria das condições de vida humana. Desta forma, visando especificamente questões de autonomia, emancipação, cidadania, direitos humanos, por meio de uma visão crítica e respeitosa sobre a diversidade religiosa, tem-se também que buscar compreender as possíveis causas, tradições, medos, insegurança ou senso comum que ainda consideram normal o desrespeito a laicidade da escola pública.

Sendo assim, a questão problema que se tentará responder, por meio do estudo aqui proposto é a seguinte: como é possível, por meio da gestão participativa da escola pública, mediar os conflitos, da melhor maneira para o processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que se promove um Ensino Religioso que respeite, de fato, o caráter laico do Estado brasileiro

Buscamos o objetivo geral que é analisar as possibilidades de se promover, por meio da gestão participativa da escola pública brasileira, um Ensino Religioso que seja verdadeiramente laico. E visando alcançar seu objetivo geral, o presente estudo também buscará os seguintes objetivos específicos:

Analisar a escola pública como ambiente laico, para entender qual o papel do gestor para que esse direito se efetive;

Identificar, na escola pública de ensino fundamental, quais os principais entraves para que haja um Ensino Religioso verdadeiramente laico;

Analisar os mecanismos inerentes à gestão participativa da escola pública, no intuito de descobrir que tais processos podem contribuir para que haja um Ensino Religioso verdadeiramente laico[2].

[2] A escola pública laica não tem por objetivo colocar as crianças nos trilhos de forma imutável. A pedagogia da escola laica vai contra uma passagem da Bíblia, que costuma ser muito repetida pelos adeptos da pedagogia autoritária: ensina a criança no caminho que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele. Essa máxima pode servir para os ensinamentos judaico-cristãos, porém não pode ser associado à educação, porque não se pode presumir que o que se ensinou hoje servirá amanhã, considerando que precisamos estar em constante busca pelo conhecimento.

Imaginando-se que a educação constitui um dos principais direitos humanos, torna-se necessário entender seus conceitos, para saber se os mesmos devem ser aceitos universalmente, com o objetivo de garantir o respeito à dignidade de todos, pois acredita-se que é preciso garantir que qualquer pessoa, não importando a religião, possa desenvolver plenamente seus talentos na sua plenitude. Essa crença, por si só, já seria suficiente para justificar a elaboração do presente estudo[3].

Acredita-se que é preciso fazer com que, cada vez mais, a população participe das decisões tomadas na escola pública. Para tanto, é preciso fazer com que o cidadão se sinta à vontade para exercer essa mostra fundamental de civilidade. Então, outra importante justificativa para a execução desse trabalho diz respeito á gestão participativa da escola pública, como forma de fazer valer os direitos de todos os cidadãos.

Segundo explica Hora[4], as consequências desse perfil do Estado brasileiro sobre o ensino público estiveram presentes tanto na formulação das políticas públicas como no microcosmo das unidades escolares. Enquanto na esfera das políticas governamentais a educação esteve a serviço dos objetivos e necessidades momentâneos das elites, sendo relegada quase ao abandono na medida em que se formou a rede de ensino privado, na esfera da unidade escolar reproduzindo-se um sistema de poder patrimonialista e autoritário, centralizado na figura do diretor nomeado por critério de afinidade e lealdade política no qual, a direção e o corpo docente, respeitados os princípios hierárquicos e as diretrizes superiores, apropriavam-se da escola como espaço isolado da sociedade e não pertencente a esta, onde alunos(as), pais e mesmo funcionários(as) com outras funções tinham a presença admitida apenas como sujeitos passivos e submissos.

Para Hora[5], especialmente a partir das duas últimas décadas, parece óbvio afirmar que o ensino público brasileiro está em crise. Nenhum outro termo parece mais adequado para sintetizar o quadro de conflitos, dificuldades e incertezas que envolvem sua conjutura, na qual convivem situações que se confrontam, como a exigência crescente de qualificação profissional dos(as) educadores(as) e o profundo achatamento assalarial da categoria; demandada por vagas causada, entre outros fatores, pelo empobrecimento das classes médias, e a escassez crônica de recursos nos orçamentos públicos para investimentos que possibilitem o atendimento eficaz a tal demanda, e a tentativa de construção de cultura de co-responsabilidade, participação e solidariedade na comunidade escolar, em meio a sociedade que é permanentemente induzida a adotar os valores materialistas e individualistas necessários para a prevalência da cultura do consumo que alimenta o capitalismo moderno. Nesse aspecto, verifica-se o confronto entre a tentativa de florescimento da

[3] Sair da superficialidade ao conhecer o diferente talvez seja, antes de mais nada, poder ter acesso ao processo no qual esse direito foi construído.
[4] HORA, D. L. *Gestão democrática na escola:* artes e ofícios na participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.
[5] HORA, D. L. *Gestão democrática na escola:* artes e ofícios na participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.

cidadania no país e o discurso onipresente da escalada global do capitalismo, que busca a difusão de nova forma de pensamento ideológico único.

Ademais, segundo Cury[6], o direito a educação precisa ser efetivado tanto pelo Estado na viabilização deste, quanto pelo gestor como agente público também responsável pela garantia do mesmo. Desse modo, o gestor precisa tomar para si a responsabilidade de concretizar as políticas que buscam assegurar os direitos à educação. A educação é direito do cidadão e dever do Estado, assim como de seus representantes, que possuem o papel de assegurar o direito à educação como forma de alcance da cidadania e de seu exercício consciente.

Em uma escola pública, a gestão democrática se forma a partir da autonomia pedagógica, utilizando, para esse fim, o projeto político pedagógico[7], visando com isso, defender os interesses dos corpos docente e discentes, dentro do espaço escolar, trabalhando com a realidade social e cultural da comunidade, com o objetivo maior de promover a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

A gestão escolar é meio e não fim em si mesmo posto que seu objetivo final é a aprendizagem efetiva dos alunos, de modo que, no cotidiano da escola, desenvolvam competências que a sociedade demanda, pensar criativa e criticamente, analisar proposições diversas, expressar opiniões empregar cálculos na solução de problemas, ser capaz de tomar decisões e resolver conflitos, dentre outros saberes necessárias à prática da cidadania.

Portanto, a gestão escolar deve garantir que os alunos aprendam sobre o mundo e sobre si mesmos, adquirindo conhecimentos que lhes sejam úteis e aprendam a trabalhar com complexidades gradativas referentes à realidade social, econômica, política e científica, como condição para o exercício da cidadania responsável.

Tem-se, assim, que a gestão democrática[8] é a forma de gerir a instituição da modo a permitir a participação, transparência e democracia. Na gestão democrática, a participação de cada sujeito é fundamental e o reconhecimento de suas ideias e contribuição deve ser independente do nível hierárquico.

Pelo exposto, fica claro que para entender o que é a gestão escolar e seus objetivos, é preciso dar atenção a educação e à escola. O que se põe como desafio para a compreensão da gestão escolar não é o como se administra, e sim o que é que se administra. Assim, somente por meio de

---

[6] CURY, C. R. J. *O direito à educação:* um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

[7] O Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações bem como os meios para concretizá-las é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico da escola.

[8] A gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar, planejamento, implementação e avaliação seja no que diz respeito a construção do projeto e processos pedagógicos quanto as questões, natureza burocrática.

concepção coerente de educação e de escola é que se poderá refletir sobre como se organizará e se realizará a gestão do processo educacional de modo a garantir o aspecto laico[9] da educação pública. A gestão escolar é prática social mediadora dos interesses que se manifestem em relação à educação no âmbito da sociedade e da escola, Dessa forma, nota-se que poderá servir tanto à manutenção da ordem instalada quanto à transformação, como superação da sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. *O estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil:* uma abordagem histórica. São Paulo: Cortez, 2004.

BRANDENBURG, L. E. *A interação pedagógica no ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2004, p. 137.

CURY, C. R. J. *O direito à educação:* um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

HORA, D. L. *Gestão democrática na escola:* artes e ofícios na participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.

JUNQUEIRA, S. R. A. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

[9] Aspecto laico não deve agir como corte religiosa, porém isso não impede estudos e pesquisas sobre as contribuições religiosas na escola, no entanto, sem moralismo religioso, fanatismo político-religioso, sectarismo doutrinário e proselitismo tendencioso, isso tudo para evitarmos a domesticação da fé e dos costumes. Muitas escolas utilizam a fé e uma religião específica para domesticar as crianças, controlando a disciplina e trazendo paz e silêncio para as escolas.